

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.173 - RS (2018/0343802-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ARI HEIN
ADVOGADOS : MÁRIO ANTÔNIO ZART - RS019740
FERNANDO RAMOS ZART - RS064437

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. READEQUAÇÃO AOS NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE SER REVISTO PELO STJ. DECADÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PRECEDENTES. A PROPOSITURA DE AÇÃO COLETIVA INTERROMPE A PRESCRIÇÃO APENAS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO INDIVIDUAL. PARCELAS VENCIDAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONTADA DO AJUIZAMENTO DA PRESENTE AÇÃO INDIVIDUAL. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 397):

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO. TETOS LIMITADORES. MENOR E MAIOR VALOR-TETO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/2003. É assegurado o direito à revisão da renda mensal de benefício previdenciário em razão dos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ainda que sua concessão haja ocorrido em data anterior à vigência da Constituição Federal de 1988, em regime no qual o salário-de-benefício era limitado por força da aplicação, direta ou indiretamente, do menor e do maior valor teto (mVT e MVT, respectivamente).

O recorrente alega ofensa ao art. 103, *parágrafo único*, da Lei n. 8.213/1991, art. 104 da Lei n. 8.078/1990 e art. 240 do CPC/2015. Isso porque a legislação consagrada a independência entre ações coletivas e individuais. Assim, os efeitos das decisões coletivas somente beneficiariam os autores de ações individuais, como a presente, se requerida a sua suspensão, o que não ocorreu no caso dos autos, não havendo que se falar em interrupção do prazo prescricional.

Outrossim, aduz que o acórdão regional, ao aplicar a Resolução INSS/PRES n. 151 de 30/8/2011 para benefícios deferidos antes de 05/4/1991, acabou por violar art. 202, VI, do CC/2002, haja vista que da a simples leitura do ato normativo citado verifica-se que ele não se aplica aos benefícios deferidos antes da vigência da Lei n. 8.213/1991, por expressa previsão do art. 3º.

Alega, ainda, violação ao art. 103, *caput*, da Lei n. 8.213/91. Defende que, em

se tratando de benefício concedido antes da CF/88, a readequação aos tetos das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003 implica em alteração da forma de cálculo da renda mensal inicial do benefício, ensejando, assim, a incidência do prazo decadencial. Nesse cenário, alega que a "alteração de elementos próprios da concessão do benefício (sua estrutura jurídica), induz o entendimento pela ocorrência da decadência no caso concreto.

Assevera, na sequência, que o acórdão também infringiu o artigo 23 do Decreto 89.312/84, artigo que regulava a forma do cálculo dos benefícios concedidos antes da constituição. Nesse sentido, fundamenta que o benefício à época da concessão era calculado de forma diversa, levando em conta dados como o maior e menor valor teto, de modo que a decisão do STF apenas alcança os benefícios que foram calculados conforme as normas instituídas na Lei 8.213/1991. Argui, assim, que para os benefícios anteriores a 05/10/1988, como no caso em comento, não há como aplicar os índices de reajuste sobre o valor total da renda mensal para somente após limitar ao teto, pois não se parte de cálculo elaborado nos moldes atuais. Evoluir a média dos salários-de-contribuição até a entrada em vigor das emendas constitucionais para então aplicar o teto como limitador da renda mensal, nesse cenário, implicaria na modificação da própria forma de cálculo do benefício, em nítida retroação da norma posterior (no caso, a Lei 8.213/1991).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade.

É o relatório.

Passo a decidir.

De início, quanto à alegada violação ao art. 23 do Decreto 89.312/84 (artigo que regulava a forma do cálculo dos benefícios concedidos antes da constituição), da leitura do excerto extraído do voto condutor do acórdão recorrido, depreende-se que a Corte de origem dirimiu a controvérsia sob enfoque exclusivamente constitucional, porquanto o deslinde da controvérsia deu-se à luz das ECs n. 20/98 e 41/03, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal. Nesse mesmo sentido, confira-se os seguintes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DOS NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DE 5.4.1991. CONTROVÉRSIA SOLVIDA COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.

2. A pretendida extensão do disposto no mencionado dispositivo legal ao caso dos autos - revisão da renda mensal no intuito de que sejam observados os novos valores do teto definido nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ou seja, reajustamento da renda mensal inicial - é inadequada, porquanto o autor requer aplicação de normas supervenientes à data da concessão do benefício.

3. No que tange à alegação de que é indevida a readequação do valor dos benefícios concedidos antes de 5.4.1991, verifica-se que a Corte regional solucionou a controvérsia com base em fundamentação eminentemente constitucional. Assim, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, sob pena de violação da competência exclusiva do

Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

4. Recurso Especial não conhecido" (REsp 1.673.285/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 30/06/2017 - destaques acrescidos).

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO ANTERIOR À CF/88. MENOR E MAIOR VALOR-TETO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Na hipótese dos autos, não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado, manifestando-se de forma clara sobre o fato de que o entendimento do STF também é aplicado aos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação previdenciária também estabelecia tetos limitadores, no caso o menor e o maior valor-teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (arts. 21 e 23 da CLPS/84, arts. 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).

2. Outrossim, **extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento da Corte de origem está integralmente fundamentado em dispositivos constitucionais e interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal à *quaestio iuris*, razão pela qual descabe ao STJ se manifestar sobre a vexata questio, sob pena de invasão da competência do STF.**

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.664.638/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 30/06/2017).

Assim, com lastro nos precedentes desta Corte, inviável o exame do mérito da insurgência, em sede de recurso especial que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional.

No que pertine à incidência do instituto da decadência, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 626.489/SE, Relator Min. Roberto Barroso, publicado em 23-9-2014), reconhecendo a repercussão geral da matéria, decidiu, em suma, que os pedidos de concessão inicial de benefício previdenciário podem ser exercitados a qualquer tempo, enquanto os pedidos de revisão se submetem ao prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei n. 8.213/91.

Em igual sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, conforme explicitado no julgamento dos REsp's. 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, processados nos termos do art. 543-C do CPC, como representativos da controvérsia, relator Min. Herman Benjamin, julgados em 28.11.2012, tendo o REsp. 1.309.529/PR.

Importante registrar que, quanto à incidência imediata dos tetos contidos nas ECs 20/98 e 41/03, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 564.354/SE (Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 8/9/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-2-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487), submetido à repercussão geral, sedimentou entendimento no sentido de que não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação dos novos limites de teto previstos nas ECs n. 20/98 e 41/2003 aos benefícios concedidos anteriormente à vigência das aludidas emendas constitucionais. No mesmo sentido se direciona a maciça jurisprudência desta Corte. Confira-se os seguintes precedentes:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DOS

NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DE 5.4.1991. CONTROVÉRSIA SOLVIDA COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.

2. A pretendida extensão do disposto no mencionado dispositivo legal ao caso dos autos - revisão da renda mensal no intuito de que sejam observados os novos valores do teto definido nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ou seja, reajustamento da renda mensal inicial - é inadequada, porquanto o autor requer aplicação de normas supervenientes à data da concessão do benefício.

3. No que tange à alegação de que é indevida a readequação do valor dos benefícios concedidos antes de 5.4.1991, verifica-se que a Corte regional solucionou a controvérsia com base em fundamentação eminentemente constitucional. Assim, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, sob pena de violação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional. 4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.673.285/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE APOSENTADORIA. ADEQUAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. AFASTADA A DECADÊNCIA DO DIREITO À REVISÃO NOS MOLDES DO CAPUT DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. AGRAVO INTERNO DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que o prazo decadencial, previsto no art. 103, caput da Lei 8.213/1991, aplica-se, somente, ao ato de revisão de concessão ou indeferimento de benefício previdenciário.

2. Na hipótese dos autos, o autor não busca a revisão do ato administrativo, e, sim, a adequação da renda mensal inicial aos novos tetos estabelecidos, posteriormente ao ato concessório, pelas Emendas 20/1998 e 41/2003.

3. Em situações assim, o STJ assentou o entendimento de que tratando-se de causa superveniente à concessão do benefício, onde não se busca corrigir o ato de concessão, somente a adequação dos efeitos da legislação superveniente, não há incidência do prazo decadencial. Precedentes: REsp. 1.420.036/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 14.5.2015 e REsp. 1.506.092/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20.3.2015.

4. Não é demais destacar que o INSS, em sua Instrução Normativa 45/2010, corrobora tal diretriz, ao estabelecer em seu art. 436, que não se aplicam às revisões de reajustamento e às estabelecidas em dispositivo legal, os prazos de decadência de que tratam os arts. 103 e 103-A da Lei 8.213/1991. 5. Agravo Interno do INSS a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1.718.64/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 20/10/2016).

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO IMEDIATA DOS TETOS PREVISTOS NAS ECS 20/98 E

41/2004. NORMAS SUPERVENIENTES. PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. A teor do entendimento consignado pelo STF e no STJ, em se tratando de direito oriundo de legislação superveniente ao ato de concessão de aposentadoria, não há falar em decadência.
3. No caso, a aplicação dos novos tetos surgiu somente com as EC's 20/98 e 41/03, motivo pelo qual se revela de rigor o afastamento da decadência.
4. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1420036/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 14/5/2015).

Nesse contexto, não há falar em incidência do prazo decadencial, previsto no art. 103, *caput*, da Lei n. 8.213/91, porquanto o direito surgiu apenas a partir das ECs 20/98 e 41/03, motivo pelo qual o recurso do INSS não merece acolhimento.

Por fim, quanto à prescrição, a Corte de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos (fls. 372/374):

Na ação revisional de benefício previdenciário de prestação continuada a prescrição somente atinge, como regra geral, os créditos relativos às parcelas vencidas há mais de cinco anos da data do ajuizamento da ação. Contudo, o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0004911-28.2011.4.03.6183, perante a 1ª Vara Federal Previdenciária de São Paulo, em 05-5-2011, com objeto similar ao desta demanda, interrompeu o prazo prescricional quinquenal, que somente voltará a correr depois do trânsito em julgado da mencionada demanda coletiva, consoante preceituam os artigos 202 e 203, ambos do Código Civil. Logo, prescritos unicamente os montantes não compreendidos no quinquênio que antecede ao ajuizamento da ação civil, ou seja, antes de 05-5-2006.

Não bastasse isso, a presidência do INSS editou a Resolução nº 151, de 30-8-2011 (DOU 01-9-2011), que contemplou a revisão administrativa de benefícios previdenciários, justamente em virtude do que foi deliberado pelo STF no RE nº 564.354/SE, assim como no âmbito da ação civil pública. A autarquia federal, por este intermédio, reconheceu o direito dos segurados à revisão dos benefícios. Em consequência, está interrompido o curso da prescrição, igualmente por este motivo, enquanto este ato normativo mantiver a validade e a eficácia.

[...]

Nos termos da motivação acima, portanto, está ausente a decadência e a prescrição, eventualmente, há de ser reconhecida conforme está indicado, relevando-se os conteúdos da ação civil pública e do ato administrativo do INSS.

Todavia, verifica-se que, no ponto, a Corte de origem distanciou-se da orientação firmada nesta Corte Superior. Isso porque, o STJ, no REsp 1.388.000/PR, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, consolidou orientação no sentido de que a propositura da ação coletiva interrompe a prescrição para o ajuizamento da ação individual. A propósito, confira-se a ementa do referido acórdão no que interessa:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INÍCIO DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL DA EXECUÇÃO SINGULAR. INÍCIO. TRÂNSITO EM JULGADO DA

SENTENÇA PROFERIDA NA DEMANDA COLETIVA. DESNECESSIDADE DA PROVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 94 DO CDC. TESE FIRMADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA NO CASO CONCRETO.

(...)

2. O Ministério Público do Estado do Paraná ajuizou ação civil pública ao propósito de assegurar a revisão de pensões por morte em favor de pessoas hipossuficientes, saindo-se vencedor na demanda. Após a divulgação da sentença na mídia, em 13/4/2010, Elsa Pipino Maciel promoveu ação de execução contra o Estado.

3. O acórdão recorrido declarou prescrita a execução individual da sentença coletiva, proposta em maio de 2010, assentando que o termo inicial do prazo de prescrição de 5 (cinco) anos seria a data da publicação dos editais em 10 e 11 de abril de 2002, a fim de viabilizar a habilitação dos interessados no procedimento executivo.

4. A exequente alega a existência de contrariedade ao art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento de que o marco inicial da prescrição deve ser contado a partir da publicidade efetiva da sentença, sob pena de tornar inócua a finalidade da ação civil pública.

5. Também o Ministério Público Estadual assevera a necessidade de aplicação do art. 94 do CDC ao caso, ressaltando que o instrumento para se dar amplo conhecimento da decisão coletiva não é o diário oficial – como estabelecido pelo Tribunal paranaense –, mas a divulgação pelos meios de comunicação de massa.

6. O art. 94 do Código de Defesa do Consumidor disciplina a hipótese de divulgação da notícia da propositura da ação coletiva, para que eventuais interessados possam intervir no processo ou acompanhar seu trâmite, nada estabelecendo, porém, quanto à divulgação do resultado do julgamento. Logo, a invocação do dispositivo em tela não tem pertinência com a definição do início do prazo prescricional para o ajuizamento da execução singular.

7. Note-se, ainda, que o art. 96 do CDC - cujo teor original era "Transitada em julgado a sentença condenatória, será publicado edital, observado o disposto no art. 93" - foi objeto de veto pela Presidência da República, o que torna infrutífero o esforço de interpretação analógica realizado pela Corte estadual, ante a impossibilidade de o Poder Judiciário, qual legislador ordinário, derrubar o veto presidencial ou, eventualmente, corrigir erro formal porventura existente na norma.

8. Em que pese o caráter social que se busca tutelar nas ações coletivas, não se afigura possível suprir a ausência de previsão legal de ampla divulgação midiática do teor da sentença, sem romper a harmonia entre os Poderes.

9. Fincada a inaplicabilidade do CDC à hipótese, deve-se firmar a tese repetitiva no sentido de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n. 8.078/90.

(...)

(REsp 1.388.000/PR, Corte Especial, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Relator para o acórdão Ministro Og Fernandes, DJe 12/4/2016)

Contudo, na hipótese em exame, é preciso diferenciar a interrupção da prescrição para o ajuizamento da ação individual daquela relativa à pretensão de perceber parcelas atrasadas. Isso porque, em que pese se admita que a propositura de ação coletiva interrompe a prescrição para a propositura da ação individual, esta se dá tão somente

quanto a seu ajuizamento. No que tange aos efeitos do pagamento das parcelas vencidas, a prescrição quinquenal tem como marco deflagrador o ajuizamento da ação individual, descabido falar em recebimento de valores referentes ao quinquênio anterior à ação coletiva.

Nesse sentido confira-se precedentes desta Corte: REsp 1.670.594/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017; AgInt no REsp 1.642.625/ES, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/6/2017; REsp 1.647.686/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 5.5.2017; AgRg no REsp 1.559.883/RJ, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 23/05/2016.

Impende salientar, ademais, que o autor, ao ajuizar a presente ação, renunciou aos efeitos da Ação Civil Pública, processo n. 0004911-28.2011.4.03.6183, assim, incabível retroagir da data de início do pagamento de eventuais parcelas devidas a cinco anos anteriores ao ajuizamento daquela ação.

Faz-se, assim, nesse ponto, necessária, a reforma do acórdão recorrido, para harmonizá-lo com o entendimento desta Corte Superior.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial, para, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento** para reconhecer a prescrição quinquenal a contar do ajuizamento da presente ação. Por se tratar de sucumbência mínima, aplica-se o parágrafo único do artigo 86, mantendo-se inalterada a sucumbência fixada anteriormente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator